

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.445.008 - SP (2019/0032691-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : SIMEIA COMERCIO DE RACOES E OLEOS LTDA
ADVOGADO : GILMAR BALDASSARRE - SP130130
AGRAVADO : LINS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP
ADVOGADO : RICARDO WILLIAM CAMASMIE - SP174371

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto por SIMEIA COMÉRCIO DE RAÇÕES E ÓLEOS LTDA. contra decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 399/400).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 313):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Pagamento voluntário de parcelas do total devido. Impossibilidade de serem exigidos honorários advocatícios, por força do apregoado no § 2º do art. 523. Acolhida a impugnação do devedor, cuja decisão é mantida. O próprio agravante admite, no agravo, o pagamento parcelado da quase totalidade devida. Incidência da honorária somente o valor remanescente. Decisão mantida. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 368/369).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 318/343), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a parte recorrente alegou ofensa aos arts. 475-J, 475-L, 475- R e 745-A do CPC/1973, por terem os julgadores deixado de se manifestar sobre a intempestividade dos cálculos apresentados pelo contador. Asseverou inexistir pagamento parcial, apenas pedido de parcelamento, devendo a verba honorária incidir sobre o total da dívida.

No agravo (e-STJ fls. 403/430), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Houve contraminuta (e-STJ fls. 433/448).

É o relatório.

Decido.

A questão relativa à intempestividade dos cálculos do contador não foi prequestionada. A ausência de debate prévio da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso, diante da incidência da Súmula n. 211 do STJ.

Sobre o pagamento parcial, disseram os julgadores que (e-STJ fls. 314/315):

Reza o parágrafo 2º do art. 523, que, “Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no 'caput', a multa e os honorários previstos no § 1º incidirão sobre o restante”.

Está, por isso, decidido:

“Tendo em vista que houve concordância das partes com o valor apresentado pela impugnada par a pagamento e foram depositadas parcelas nos autos, não há que se falar na incidência de honorários advocatícios sobre o montante da condenação, por que não houve recusa ao pagamento voluntário” (fls. 210).

Superior Tribunal de Justiça

O próprio agravante, nas razões recursais, admite que, apesar de impugnação apresentada pela devedora, ela realizou, segundo petição de 10 de janeiro de 2014, “o recolhimento da primeira parcela nos termos do parcelamento previsto no artigo 745-A do Código de Processo Civil” [revogado]. E, mais adiante, diz que “a agravada peticionou informando o depósito da segunda, terceira, quarta e quinta parcelas, no valor de R\$ 852.938,02”, cujo valor a ora recorrente concordou (fls.05).

Portanto, tendo havido pagamentos voluntários do valor, parceladamente, não há causa par a a incidência pretendida pela credora.

Tendo a Turma julgadora assim decidido com base na análise dos elementos de prova constantes dos autos, concluir diversamente demandaria seu reexame, inviável em recurso especial, de acordo com a Súmula n. 7 do STJ.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator